

Economia

Ambientes que o neoliberalismo cria

Neofideísmo e a fraude económico-financeira

A nova fé no deus «mercado», elemento central do projecto neoliberal, veio criar um ambiente que favorece o cometimento de fraudes económico-financeiras. Na ausência de crítica social, o fenómeno tende a alastrar-se. Mas, ao mesmo tempo, a sua análise revela contornos de um modelo que se repete em todo o tecido social, à semelhança da imagem de um fractal que repete, a várias escalas, uma mesma racionalidade dominante.

CARLOS PIMENTA *

Este jornal tem analisado aprofundadamente o neoliberalismo^[1], essa concepção de organização da sociedade capitalista que consagrou-se, e impôs-se, com a globalização assomada nos anos 80^[2].

Imposição porque, assente em pressupostos sobre o funcionamento da economia, considera-se uma inevitabilidade a política (política económica, organização do Estado e prioridades da democracia) respeitadora do mundo dos negócios. Imposição porque o actual primado do económico significa a transferência e a ampliação do poder das multinacionais (ora resultantes da concorrência, ora do ajustamento da economia mundial a essa correlação de forças, ora ainda da submissão de muitos Estados à sua vontade). Imposição porque numa época de hiperexistência de capital fictício (promotor da economia não registada, de actividades onde impera a ausência da criação de valor e de apropriação da riqueza alheia) promove nas populações a aceitação da privatização oligopolista dos lucros e a socialização dos prejuízos, mesmo que criminosos. Imposição ainda porque, assente num conjunto de referenciais do conhecimento corrente, destila signos aparentemente científicos forjadores de uma ideologia profundamente transformadora do nosso quotidiano.

Uma leitura completa do neoliberalismo exige uma forte interdisciplinaridade em que a Economia e a Política poderão ter uma intervenção cimeira. Aqui, no entanto, está longe dos nossos propósitos qualquer tentativa de proceder a essa leitura multidimensional. O nosso intento é mais modesto: por um lado alertar para alguns perigos subjacentes à utilização da designação (consagrada) de «neoliberalismo» e, por outro, mostrando como este neofideísmo ao deus «mercado» cria condições favoráveis (objectivas e subjectivas) ao cometimento de fraudes económico-financeiras.

Liberalismo e neofideísmo

Encontramos referências a assuntos que hoje designaríamos como económicos desde o surgimento da escrita (sobre os procedimentos agrícolas, sobre o comércio, sobre os preços, etc.) mas é muito mais tarde que existem condições para esses diversos saberes se concatenarem, construírem metodologias próprias e reforçarem procedimentos críticos de eventual ruptura com o conhecimento corrente. Por outras palavras, sempre se falou de assuntos que hoje consideraríamos constitutivos do «económico» mas é na Europa que se vão conjugar três factores convergindo para essa situação.

O primeiro, que só referiremos, é a adopção de instrumentos de observação e metodologias que constituem uma ruptura com as concepções assumidas pelo conhecimento espontâneo. Nicolau Copérnico e Galileu Galilei são dois vultos representativos desta ruptura^[3].

Um segundo tem a ver com a concepção de que a sociedade tem uma autonomia relativa que permite estudar as suas leis (autonomia em relação a Deus ou ao monarca) bem patente em François Quesnay (1694-1774), médico de formação e um dos pais da nova ciência: «*Queixando-se um dia o delfim de França ao médico do rei de que seria difícil desempenhar o encargo real, Quesnay respondeu-lhe que não achava. "Que faríeis então se fôsseis rei?", replica o delfim. "Senhor", diz Quesnay, "não faria nada"*»^[4].

O terceiro factor tem a ver com a importância social da Revolução Industrial (1760-1830) para a Europa (iniciada em Inglaterra, alargada rapidamente à Europa Ocidental) e para o mundo (seja pela difusão para os Estados Unidos, seja pelo colonialismo). Modificando profundamente as condições de vida trouxe para primeiro plano a importância do «económico» na dinâmica social^[5].

O facto de os autores de então e o neofideísmo defenderem um Estado ausente do «económico» não permite, de forma alguma, este último identificar-se como um continuador do pensamento clássico desses autores, por diversas razões.

Em primeiro lugar, uma coisa é não considerar o Estado porque se procura revelar as «leis naturais» do «económico», outra coisa é defender essa ausência estatal porque se admite, mais por um acto de fé do que por qualquer constatação histórica, que a iniciativa privada e o mercado (como modelo interpretativo e não como realidade) são o expoente da eficiência do «económico». Aliás, é errado admitir que o neofideísmo defende a abstinência do Estado. Este é chamado a actuar sempre que seja necessário para repor o poder da iniciativa privada (hoje essencialmente de multinacionais e das instituições financeiras) seja por vias subtis (por exemplo, arquitectura da escolha)^[6], seja por forma aberta e intensa (por exemplo, privatizações), seja ainda por formas violentas (por exemplo, revolução ou contra-revolução).

Em segundo lugar, enquanto os liberais olham a realidade e a partir da sua descrição e interpretação fazem ciência, os neofideístas partem dos modelos teóricos da gestão óptima dos recursos escassos para a adequação da realidade. Por outras palavras, perante um desajustamento entre a realidade social e os modelos «científicos», os primeiros consideram que há que reformular a teoria e os segundos concluem provavelmente que a realidade é que está errada^[7].

Em terceiro lugar, o objecto científico da Economia, aquilo que esta estuda, é diferente para uns e para outros. Enquanto os liberais clássicos analisam a produção, a redistribuição, a troca e consumo produtivo, os neofideístas consideram a «escolha racional» em todos os actos da vida humana.

Para estes a «realidade verdadeira» é a projecção dos modelos sobre a vida social. Logo têm grande dificuldade em perceber a história, em reconhecer a existência de equilíbrio com desemprego e desigualdades, em perceber que há crises, em valorizar a simultânea importância do privado e do público no desenvolvimento capitalista.

Enfim, enquanto ortodoxia dominante – por razões sociológicas, não epistemológicas – tende a ser dogmática e intolante perante a diversidade de leituras alternativas da mesma realidade social.

O neofideísmo como facilitador da fraude

As considerações seguintes aconselham que previamente se façam alguns comentários esclarecedores.

Edwin H. Sutherland^[8] mostrou inequivocamente que a fraude económico-financeira é, muitas vezes, o resultado da vivência de uma determinada «cultura diferencial» que ensina a cometer as fraudes e as estimula. Contudo, se as considerações seguintes apontam algumas vias facilitadoras para os economistas formados no paradigma da «escolha racional» cometerem fraude, estamos ainda longe desse ambiente de formação do defraudador.

O facto de um economista ser formado nesse ambiente facilita a adopção de lógicas propiciadoras da fraude mas essa probabilidade, na maior parte dos casos, nunca se concretiza, seja porque «a pessoa tem uma ética que depende do seu enquadramento social e da sua história de vida», seja porque na sua profissão «tem, explícita ou implicitamente, um código deontológico»^[9]. Por outras palavras, a ética do cidadão e do economista supera a sua ausência no paradigma dominante.

Atribuímos um sentido lato à fraude económico-financeira, englobando também a corrupção, o branqueamento de

capitais, uma parcela da economia não registada e o contexto institucional constituído pelos paraísos fiscais e jurisdições de sigilo, vulgo *offshores*. A fraude tanto está presente em comportamentos ilegais como em actos legais violadores da ética dominante.

Feitos estes reparos para evitar equívocos, enunciemos sinteticamente alguns aspectos do paradigma actual que funcionam como factores permissivos da fraude.

A eficiência miticamente atribuída à iniciativa privada e a valoração negativa atribuída ao Estado, a que se associa, na actual fase do capitalismo globalizado, a reduzida força económica daquele face às multinacionais, faz com que o «controlo» do Estado sobre as actividades económicas seja muito reduzida. Aliás «controlo» e «planeamento» são palavras banidas do dicionário político. Resta alguma «regulação», uma fiscalização ténue e uma eventual criminalização. Esta acentuada desregulação abre imensas portas de actuação defraudadora à iniciativa privada (produtiva e improdutiva, legítima ou do crime organizado transnacional ou ainda da fusão subtil de ambos).

A «eficiência» é o dogma a impor, associada a uma «racionalidade» instrumental de adequação de meios a fins, sem qualquer referência aos valores éticos, religiosos, conviviais ou outros. Só tal permite considerar que «é legítimo as fábricas recorrerem ao trabalho infantil porque o Estado não dá estímulos às empresas para que tal não aconteça». Só tal justifica o abrandamento da fiscalidade às empresas (legal) e a sobrecarga relativa dos cidadãos, como se aquelas não usufríssem de uma série de vantagens pagas pela sociedade (por exemplo, formação e saúde da força de trabalho, infra-estruturas múltiplas, utilização do espaço, possibilidade legal da responsabilidade limitada)^[10].

Este aspecto é reforçado pelo primado absoluto do indivíduo sobre a sociedade. Porque o essencial da Ética surge nas nossas relações com os outros (dando lugar à simpatia, amizade, familiaridade, convivência, etc.), do reconhecimento que somos uma parte muito pequena do todo em que nos inserimos, ela está tendencialmente ausente das relações económicas. Este privilégio conceptual do particular privado sobre o colectivo societário (politicamente organizado) cria um espaço al-

tamente favorável ao conflito de interesses e à fraude.

Estas facilidades à fraude, a que se juntam muito outros aspectos particulares (por exemplo, o domínio do curto sobre o longo prazo, os conflitos de interesses no «mercado de mão-de-obra» dos conselhos de administração, os seus prémios) criam um ambiente permissivo, concretizador e amplificador (por insuficiência de crítica social) das fraudes. Por isso «*as grandes empresas não toleram pagar impostos [e] aquelas que ainda os pagam consideram-se antiquadas ou, pelo menos, os seus investidores assim pensam*»^[11]. ■

Professor na Faculdade de Economia do Porto. Sócio fundador do Observatório de Economia e Gestão de Fraude. Autor, entre outras obras, de *Racionalidade, Ética e Economia*, Almedina, Coimbra, 2017.



HUGO BRAZÃO . *Colmatar o Hiato* (2017). No MUDAS, Museu de Arte Contemporânea da Madeira, e na Galeria dos Prazeres, Calheta, até 7 de Janeiro de 2018

[1] Ver Luís Bernardo (org.), *Correntes Invisíveis – Neoliberalismo no Século XXI*, Deriva, Porto, 2015, e artigos posteriores a esta data.

[2] Para uma análise detalhada desta realidade ver Carlos Pimenta, *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição*, Campo da Comunicação, Lisboa, 2004.

[3] Este assunto pode ser aprofundado em Armando de Castro, *Teoria do Conhecimento Científico*, vol. IV, Limiar, Porto, 1982.

[4] De Henri Denis, *História do Pensamento Económico*, Livros Horizonte, Lisboa, s.d., p. 180.

[5] Acrescente-se que aquando da Revolução Industrial imperavam as concepções fisiocratas que associavam criação de valor a criação de matéria, o que não acontece com a indústria, que a transforma. Desde então, criar valor passou a associar-se com as relações entre os homens, com as relações dos homens através das coisas ou dos homens com as coisas, conforme o paradigma. A primeira figura cimeira é Adam Smith, com a *Riqueza das Nações*, em 1776.

[6] Ver Vítor Neves e José Castro Caldas (org.), *Economia sem Muros*, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 117-138.

[7] Por muito estranho que tal pareça para o bom senso, há toda uma terminologia e uma conceptualização que o suporta: se a troca de bens se processa de forma diferente do preconizado há uma «falha de mercado». Se a realidade é diferente do modelo é muito provável que tal resulte ou de um factor exógeno, ou porque nem «tudo o resto se manteve constante». Se o homem é o único animal racional e a vaidade humana elege isso como algo inquestionável, porque é que o «agente económico» não há-de ser racional? Para um aprofundamento desta temática ver Carlos Pimenta, *Racionalidade, Ética e Economia*, Almedina, Coimbra, 2017.

[8] Para aprofundar este importante autor ver Edwin H. Sutherland, *White-Collar Crime: The Uncut Version*, Yale University Press, New Haven, 1983 [1949].

[9] Afirmações retiradas de Albert O. Hirschman, *A Economia como Ciência Moral e Política*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.

[10] Sobre este e muitos outros aspectos ver Nicholas Shaxson, *Les Paradis Fiscaux. Enquête sur les ravages de la finance néolibérale*, André Versaille éditeur, Bruxelas, 2012 (original em inglês).

[11] Do *The Guardian*, 22 de Outubro de 2013.